

Novo Congresso, novas esperanças.

Renovado em mais de 60% pela sentença soberana das urnas de 3 de outubro passado, o Congresso Nacional que representará os interesses dos cidadãos brasileiros na legislatura 1991-1994 toma posse amanhã. Com tantos novos deputados e senadores, agraciados com um mandato em função do desencanto dos eleitores com os antigos parlamentares que eles irão substituir, esta é uma grande oportunidade para a Câmara, o Senado e a classe política em geral apagarem da memória dos brasileiros a péssima imagem que eles mesmos construíram.

Renovado em sua composição, o Congresso Nacional precisa agora modificar seu comportamento, abandonando suas posições clientelísticas, o apego às mordomias, o desapego ao trabalho, para ocupar o espaço na vida nacional que o Legislativo deve ter, como um dos três poderes da República. Neste momento em que o Executivo parece desmoroado ante a evidência de que a sociedade perdeu a confiança na equipe econômica que está conduzindo o Plano Collor, cabe ao Legislativo assumir suas responsabilidades de instância mediadora entre os anseios da população e a ação administrativa do governo.

Um grupo de parlamentares reeleitos, que mereçam a aprovação dos eleitores porque mostraram dedicação, seriedade e competência na atividade legislativa, prepara uma campanha de moralização do Congresso. Com um trabalho de proselitismo eles pretendem convencer a maioria dos seus pares a mudar os regimentos internos das Casas Legislativas para acabar com as práticas condenáveis que destruíram, ao longo dos anos, a credibilidade do Parlamento junto à opinião pública.

O objetivo é simples: fazer que os parlamentos trabalhem mais, compareçam às sessões no plenário, participem das reuniões das comissões técnicas, para discutir os projetos de lei apresentados pelo governo e pelos próprios congressistas e votá-los com conhecimento de causa, de acordo com aquilo que a cons-

ciência de cada um aponte como o melhor para o País. É triste o espetáculo dos plenários vazios, com proposições de grande importância tramitando sem o mínimo de participação dos parlamentares, com o governo editando e reeditando medidas provisórias sem que o Congresso se digne ao menos discutir se são oportunas ou não.

Para mudar essa situação é preciso, por exemplo, acabar com o voto de liderança, tornando obrigatória a votação nominal de qualquer projeto. E é necessário também punir os ausentes, **cortando-lhes o ponto** e cumprindo o artigo da Constituição que determina a perda de mandato para quem não comparecer a pelo menos 2/3 das sessões legislativas. É urgente ainda reduzir o tempo do recesso parlamentar, eufemismo usado para esconder as férias de três meses que os parlamentares têm por ano. Não tem sentido, por exemplo, o novo Parlamento tomar posse nesta sexta-feira e entrar imediatamente em recesso até o dia 15 de fevereiro, quando começa a nova legislatura. Num momento de crise aguda, como este, é um escárnio. Como é um escárnio, também, só marcar votações para as terças, quartas e quintas-feiras para que os parlamentares possam passar os fins de semana prolongados fora de Brasília. Para o restante dos brasileiros as segundas e sextas-feiras são dias normais de trabalho e é absolutamente ilegítimo que os representantes do povo tenham mais direitos do que os seus representados. O processo de moralização deve passar ainda pela redução das inaceitáveis mordomias de que os parlamentares desfrutam, como altos salários, moradia gratuita, quatro passagens de avião, assessores à vontade, direito de nomear parentes e apaniguados em belas sinecuras etc.

Vamos esperar que a maioria dos políticos que chegam pela primeira vez a Brasília se integrem a esse grupo que quer reabilitar moralmente o Congresso Nacional.